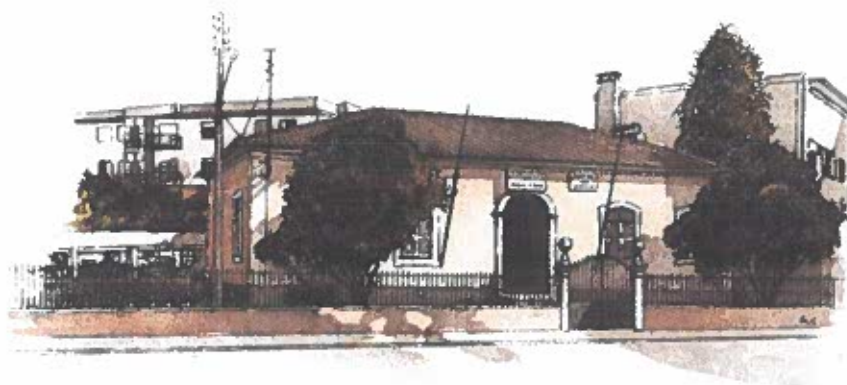




ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARINHA GRANDE

Acta da Sessão



Data: 30-06-2020

Nº: 16

Ordinária

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA MARINHA GRANDE

Ata número dezasseis

Aos trinta dias do mês de Junho de dois mil e vinte pelas vinte e uma horas e quinze minutos, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia da Marinha Grande no Auditório do Sport Operário Marinhense, sito na rua vinte e cinco de Abril com a seguinte ordem de trabalhos:-----

1 – Período Antes da Ordem do Dia

2 – Período da Ordem do Dia

2.1 – Apreciação e votação da ata nº 15

2.2 – Apreciação do Relatório de Atividades do 2º trimestre 2020

2.3 – Informação da Situação Financeira

O Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos começando por cumprimentar todos os presentes.-----

De imediato informou a Assembleia das substituições ocorridas.-----

Na bancada do (PS) ausentes com falta justificada os deputados Amândio Fernandes, Carla Franco e Liliana Prior sendo substituídos pela deputada Helena Rodrigues e Luís Cavaleiro.-----

Na bancada do (MPM) ausente com falta justificada a deputada e primeira secretária da mesa da Assembleia Célia Morgado, sendo substituída pela deputada Maria Neves que ocupa o lugar de segunda secretária da mesa. O lugar de primeira secretária é assumido pela segunda secretária Alda Fernandes.-----

Assim, a sessão contou com a presença de dezoito deputados.-----

1 – Período Antes da Ordem do Dia

No uso da palavra o Presidente da Mesa informou os deputados que os cartões de identificação que foram assinados à entrada para esta sessão por quem os requereu, serão agora enviados novamente para os serviços do Município para serem plastificados e posteriormente serão devolvidos para serem entregues. De seguida leu aos deputados um documento que lhe foi dirigido pelo freguês Vítor Tojeira, (anexo um a esta ata) sobre o tema “Descentralização das Assembleias de Freguesia”.-----

Sesinando Araújo (BE) no uso da palavra, subscreveu o teor do documento apresentado pelo freguês Vítor Tojeira e mais uma vez demonstrou a sua indignação pelo facto de não ser autorizada a presença de público nesta sessão. -----

O presidente da mesa respondeu que a lei em vigor até à presente data permite-lhe decidir sobre a presença ou não de público nestas sessões. No seu entender, para salvaguarda da saúde pública, todos os meios que a legislação em vigor permitir devem ser utilizados.-----

Questionou qual o ponto de situação da sugestão por ele apresentada na última sessão relativa à doação ao GAP do valor da senha de participação e porque não está disponível no site o áudio da última sessão da Assembleia.-----

O presidente da mesa informou os deputados que o valor das senhas de presença tem de ser liquidado através de transferência bancária para a conta de cada um. Quem quiser e por sua livre iniciativa, pode em qualquer altura entregar um donativo à Junta

de Freguesia do montante que entender. Ainda sobre a disponibilização do áudio da última sessão no site da Junta, o presidente da mesa informou o deputado que imediatamente após essa sessão o responsável pela gravação enviou o áudio da mesma para si, para a presidente, secretária e técnica superior da Junta, desconhece porque razão não foi disponibilizado, solicitando ao executivo que regularize esta situação o mais breve possível.-----

Aires Rodrigues (+C) mostrou-se solidário com as intervenções anteriores relativas à não presença de público nas sessões. Solicitou que no futuro, em função da evolução epidemiológica e se necessário, o Presidente da Mesa antes de tomar qualquer decisão deveria auscultar os líderes das diferentes forças políticas presentes. De seguida apresentou um voto de repúdio (anexo dois a esta ata) pelas políticas seguidas pela administração dos CTT e relacionadas com o teste positivo ao COVID-19 apresentado por um carteiro do posto da Marinha Grande, colocando em risco o seu normal funcionamento. Não existindo intervenções o voto de repúdio foi colocado à votação, sendo aprovado por maioria com cinco abstenções, quatro (PS) e uma (MPT). Vasco Silva (CDU) tomou a palavra manifestando o seu apoio à descentralização das Assembleias bem como às decisões da mesa no que se refere a este assunto. Quanto ao tema da doação das senhas de presença sugerido na sessão anterior apresentou uma justificação política/financeira afirmando que o assunto em causa deve ficar na livre iniciativa individual de cada cidadão. Teve conhecimento que a Assembleia da República aprovou um Plano de Recuperação Nacional das Matas Litorais, tendo o Partido Socialista votado contra à exceção dum deputado. Afirmou que tendo em atenção o que representa para a nossa freguesia a Mata Nacional Pinhal do Rei é estranho que o partido responsável pela governação do país e da nossa autarquia tenha tido esta postura, pelo que devemos estar atentos e refletir sobre esta atitude. Disse ainda que sendo a Junta de Freguesia o principal parceiro da Associação do concelho responsável pela realização da Feira de Artesanato e Gastronomia, pergunta se a mesma foi ouvida quanto à decisão do cancelamento do evento para o corrente ano devido à crise pandémica que atravessamos, ou se com a ocupação provisória do espaço pelo mercado semanal estamos a caminhar para o fim de mais um grande evento realizado na Marinha Grande pelo movimento associativo, tal como aconteceu com a meia maratona das Figueiras, das mais antigas do país, organizada por aquela associação. Em resposta a Presidente da Junta começou por informar a Assembleia que o órgão a que preside é parceiro da associação na realização daquele evento desde 1990. Afirmou que sentiu-se desolada quando recebeu a comunicação a informar que este ano o evento não se iria realizar, sem nunca ter sido chamada a pronunciar-se quanto a esta decisão. Entende que a Junta de Freguesia merecia mais respeito por parte dos responsáveis pela organização do evento. Por tudo aquilo a que assistimos recentemente no Parque Municipal de Exposições concluiu afirmando "temo que não haja mais FAG".-----

Vasco Silva (CDU) apresentou à Assembleia um apelo das associações do concelho (anexo três a esta ata) para que a mesma lhe preste a melhor atenção e lhe dê o seguimento adequado. No uso da palavra a Presidente da Junta informou que o executivo também tinha recebido o mesmo apelo das associações, não sendo da competência da Junta, apelou para que o Município seja sensível a este assunto e que as associações do concelho nos devem merecer o maior respeito.-----
Conforme informou na sessão anterior, Vasco Silva (CDU) apresentou de seguida uma

nota explicativa dos principais assuntos tratados no Congresso Nacional da ANAFRE (anexo quatro a esta ata) no qual foram apresentadas quarenta e oito moções, disponíveis no site daquela associação, que estiveram na base das linhas de orientação para os próximos dois anos.-----

Carlos Vicente (CDU) tomou a palavra para enaltecer o trabalho desenvolvido pelos profissionais da Junta de Freguesia no apoio à população durante o confinamento a que estivemos obrigados, fazendo eles também parte dessa mesma população disponibilizando-se a assumir os riscos inerentes. Manifestou ainda o seu acordo às decisões do Presidente da Assembleia, salvaguardadas pela lei, relacionadas com a não participação do público nesta sessão e na anterior.-----

A Presidente da Junta partilhou com a Assembleia as medidas que foram tomadas no apoio à população para que a mesma não se sentisse abandonada neste momento tão difícil. Os serviços administrativos reabriram ao fim de seis dias de confinamento em regime rotativo e por marcação prévia. O pessoal do exterior manteve-se em regime de prontidão. A psicóloga do GAP continuou as suas consultas por videoconferência a partir de casa. Todos os trabalhadores demonstraram um grande sentido de responsabilidade na prestação do serviço público.-----

Vasco Silva (CDU) solicitou a palavra para sensibilizar a Assembleia sobre o apelo das associações do concelho (anexo três a esta ata) no sentido da mesma tomar uma posição quanto ao tema, salientando que deveria existir um alinhamento de posições entre o Município e a Junta de Freguesia constituindo dessa forma uma frente de apoio ao movimento associativo do concelho.-----

Aires Rodrigues (+C) no uso da palavra manifesta total apoio à intervenção do deputado anterior, propondo que a Assembleia tome uma posição sobre o tema e que face ao cancelamento das festas da cidade pelo Município, este distribua parte das verbas que estavam alocadas aquele evento pelas associações.-----

Na sequência das duas intervenções anteriores, o presidente da Assembleia de Freguesia, Esmeraldo Pedreiro (MPM) manifestou o seu total apoio ao apelo das associações, afirmando que a elas se deve a cultura, desporto e recreio que ainda existe no nosso concelho pelo que no seu entender a Assembleia deveria tomar uma posição para encaminhamento deste apelo ao Município. Não existindo mais intervenções o presidente da mesa colocou o documento à votação para envio ao Município com a tomada de posição da Assembleia de Freguesia da Marinha Grande no apoio ao enunciado no mesmo, tendo sido aprovado por maioria com cinco abstenções, quatro (PS) e uma (MPT).-----

2 – Período da Ordem do Dia

2.1 – Apreciação e votação da ata nº 15

Foram levantadas dúvidas quanto à redação do quinto parágrafo do período antes da ordem do dia da ata em apreciação, relacionado com as senhas de presença. Considerando a informação entretanto recolhida bem como as intervenções sobre o tema por parte do presidente da mesa, do deputado Vasco Silva (CDU), da Presidente da Junta, do deputado Telmo Rodrigues (CDU) e do deputado Sesinando Araújo (BE), este na qualidade de apresentante da sugestão, pelo que com a sua concordância, o parágrafo em causa foi alterado ficando com a seguinte redação *“Ainda no uso da palavra o deputado Sesinando Araújo (BE) apresentou uma sugestão aos deputados (anexo seis a esta ata) que se traduz na doação ao GAP do valor da*

senha de participação por parte dos elementos deste órgão. Tendo presente a forma como tem que ser processado o pagamento destas senhas por parte da Junta de Freguesia, foi escutada a senhora Presidente da Junta bem como a Tesoureira. A Presidente da Junta clarificou que o GAP não é uma entidade mas um gabinete integrado na Junta de Freguesia. A existir doação terá que ser por iniciativa individual à Junta de Freguesia." Sem mais intervenções o presidente da mesa colocou a ata à votação tendo a mesma sido aprovada por maioria com um voto contra da (CDU) e quatro abstenções, três do (PS) e uma (CDU).-----

2.2 – Apreciação do Relatório de Atividades do 2º trimestre 2020

Sem intervenções a Assembleia de Freguesia apreciou o relatório de atividades do 2º trimestre 2020.-----

2.3 – Informação da Situação Financeira

Sem intervenções a Assembleia tomou conhecimento da situação financeira da Junta de Freguesia.-----

Concluída a ordem de trabalhos pelas vinte e três horas e quinze minutos o Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão.-----

O Presidente da Assembleia de Freguesia



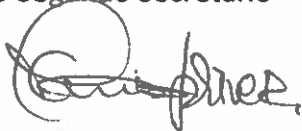
Esmeraldo Pedreiro

O Primeiro Secretário



Alda Fernandes

O Segundo Secretário



Maria Neves

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARINHA GRANDE

Descentralização das Assembleias de Freguesia

Anexo
1/3



Boa noite, cumprimentando o Sr. Presidente da Assembleia da Freguesia de Marinha Grande e na sua pessoa cumprimento todos os presentes.


Tomei conhecimento presencial de que as Assembleias de Freguesia estão condicionadas pelo espaço onde os seus membros tomam decisões sobre os destinos desta freguesia.

Com uma sala exígua como ^{A DA JUNTA} esta, onde os seus membros estão muito limitados e os seus fregueses não tem condições de assistência as sessões, com a presença de 3 "três" ou mais fregueses a sala fica repleta e sem condições cómodas de uma Assembleia.

Tomei conhecimento que os fregueses não tiveram acesso à última Assembleia de Freguesia, situação que me espanta profundamente.

Disposto do artigo 41º - (Uso da palavra pelo público) e o Artigo 19º - (Deveres dos Membros da Assembleia) alínea g) Manter um contacto

estreito com as populações, organizações populares de base territorial e coletividades da área da Freguesia, conforme Regimento aprovado a 26-04-2018 nesta Assembleia de Freguesia.

Anexo
1/3


Com a sua intervenção, os fregueses devem expor os assuntos que a si dizem respeito e à sua freguesia, para obtenção de responsabilidades dos seus eleitos e da Assembleia de Freguesia.

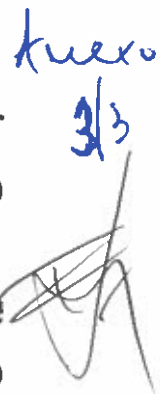
Como não há condições de espaço e ainda com a agravante em virtude das medidas excepcionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica.

Sou a solicitar a descentralização das Assembleias de Freguesia, pois apurei que as salas existentes nos clubes, associações e escolas entre outras, nos diversos lugares da freguesia estão com muito melhores qualidades de espaço e som e esta disponibiliza.

do que

Pois só a osculação dos fregueses é que se pode ter a noção das realidades existentes na freguesia, com a descentralização da Assembleia de Freguesia esta irá ter com os fregueses e não os fregueses a irem ter com a Assembleia de Freguesia.

A proposta de recomendação intitulada; Promover a Assembleia de Freguesia e a participação cidadã, apresentada a 20 de dezembro de 2018, pelo Sr. Sesinando Araújo eleitos pelo Bloco de Esquerda, demonstra que a participação do público é deveras muito importante, para demonstração das suas preocupações e apoquentamentos.

Luex
3/3


Após o exposto sou a solicitar que todas as forças políticas presentes nesta Assembleia de Freguesia se mostrem unidas no compromisso de promoverem a descentralização das Assembleias de Freguesia salvaguardando o interesse dos fregueses e potenciando a sua participação nos processos de tomada de decisão que lhes digam respeito, medida que além de permitir uma maior oscultação dos fregueses e uma maior consciencialização do pensar e do sentir de que servimos, contribui de forma eficaz para que seja de fato a casa comum que pretende ser.

Vítor J. P. Tojeira



Voto de repúdio pelas políticas da Administração dos CTT

No dia 25 de Junho, a população da Marinha Grande tomou conhecimento, através da Comunicação social, que um carteiro acusou positivo no teste à Covid -19 e que os outros foram enviados para casa de quarentena, aguardando o resultado dos testes.

Esta situação que se passou na distribuição dos CTT na Marinha Grande – e que chegou a pôr em risco o funcionamento da Central de atendimento desta Cidade, com o agravamento das consequências para a população, que já se vem fazendo sentir desde há longo tempo – foi denunciada pelos sindicatos do sector, como sendo da inteira responsabilidade da política da Administração dos CTT.

As condições de trabalho que esta Administração impõe aos seus trabalhadores têm provocado situações idênticas em diferentes locais do país, pondo em risco a sua saúde e consequentemente dos utentes do Serviço.

O agravar da situação levou todos os sindicatos do sector a estarem unidos na greve geral dos dias 29 de Maio e 12 de Junho, em plena pandemia, e a continuarem unidos em novas ações de luta até à satisfação das reivindicações para pôr termo a estas condições de laboração.

Constam destas reivindicações a admissão para o quadro dos CTT de trabalhadores em número suficiente para normalizar as escalas, os horários de trabalho e os “giros” para a normal distribuição do correio, para evitar as constantes deslocações de trabalhadores e para que os CTT não pressionem os trabalhadores para que façam mais horas diárias sem pagamento de trabalho suplementar.

A contratação de trabalhadores para substituição de férias, de modo a que possa ser garantida a qualidade do serviço.

Condições de trabalho que respeitem as diretrizes da DGS e as normas da saúde e segurança no trabalho.

Face à recusa da Administração dos CTT de satisfazer estas reivindicações e à proposta em manter os atuais salários, isto é, um aumento 0, os sindicatos informam a população que os CTT tiveram lucros em 2019 e que, só no 1º trimestre de 2020, quase alcançaram os lucros obtidos em 2019.

Perante estas ocorrências, a Assembleia de Freguesia da Marinha Grande, considerando que o Serviço de correios e comunicações é um serviço fundamental para o bem-estar das populações e para o desenvolvimento do país, decide:

- Aprovar um voto de repúdio pelas políticas da Administração dos CTT, tornando-o público e fazendo-o chegar ao conhecimento do Conselho de Administração.

Marinha Grande, 30 de Junho de 2020

Voto aprovado por maioria, com 4 abstenções do PS e 1 do MPT

Anexo
3/1



Associação Concelhia de Associações da Marinha Grande
"Estrutura Descentralizada da Confederação Portuguesa das Coletividades"

Marinha Grande, 30 de junho de 2020

Para: Presidente da Assembleia da Junta de Freguesia da
Marinha Grande

Sr. Esmeraldo Pedreiro

Assunto: Situação atual das Associações da MG

Exmo. Sr. Presidente,

Somos a apresentar os nossos mais respeitosos cumprimentos, desejando que todos se encontrem de saúde!

Serve o presente para solicitar a V/ preciosa atenção para a situação atual do associativismo no concelho, pois com os impactos da epidemia, os sectores culturais e desportivos estão a ser dos mais atingidos, visto que tiveram de parar as suas atividades e por tempo indeterminado, e ainda não se sabe quando vão poder retomar.

As Coletividades, Associações e Clubes deram e continuam a dar um valioso contributo ao confinamento ao terem suspenso e / ou limitado as suas atividades, encerrado as suas sedes sociais, espaços culturais e desportivos, etc... O tecido cultural, artístico, desportivo e social, encontra-se numa situação financeira verdadeiramente dramática e por isso apelamos às entidades estatais a criação de um Programa de Estabilização Económica e Social, que permita às associações reabrirem as suas portas e retomar as suas atividades de forma gradual e consciente, prestando à população um serviço público de cultura e desporto, contribuindo para autoestima e confiança, dando coragem e esperança a crianças, jovens, adultos e idosos, com a música, teatro, dança, desporto, ginástica, salas sociais, etc..., atividades que trarão de volta a felicidade e alegria, honrando o seu compromisso com o futuro.

A retoma progressiva das atividades, exige que sejam tomadas medidas de contingência, prevenção do contágio e adaptação funcional em todas as áreas e setores, logo exigem-se meios financeiros para que a prestação de serviço público de cultura e desporto ocorra com todas as condições sanitárias de segurança a todos os que a ele acedam. Tal implica capacidade financeira das entidades para fazer face ao acréscimo de despesas com procedimentos de desinfecção, limpeza de espaços, aquisição de equipamentos de proteção, e por isso, precisam de ser apoiadas nesta fase difícil com a diminuição de receitas com a suspensão de atividades, diminuição dos apoios das empresas que também atravessam uma fase difícil, e os custos fixos permanentes que se mantiveram, todos estes fatores são uma preocupação atual que se vive no seio do movimento associativo e para o qual apelamos à Vossa atenção!

As Coletividades, Associações e Clubes, são entidades sem fins lucrativos e não têm reservas ou fundos bancários e não podem hipotecar o seu futuro com dívidas resultantes desta pandemia, ocorrendo o risco de encerrarem por insolvência. As receitas, regra geral, cobrem as despesas. Os dirigentes associativos são voluntários e benévolos, trabalham e pagam para realizar os sonhos de milhares de seres humanos em muitos casos em substituição do Estado Central e Local.



Auxo
3/2



ACAMG

Associação Concelhia de Associações da Marinha Grande
"Estrutura Descentralizada da Confederação Portuguesa das Colectividades"

Estima-se que as atividades sejam retomadas a 80%, só a partir de outubro e se não houver nova vaga de Covid.19 para que as restrições às atividades sejam atenuadas ou levantadas.

Por tudo isto, propomos ao Município, as seguintes medidas de apoio (as quais devem reportar desde Março):

- 1. Apoio extraordinário às Associações, mediante evidências e critérios para fazer face às despesas de funcionamento (água, luz, gás, seguros, contabilidade, alarmes, desparasitação, etc...)*
- 2. Reforço extraordinário das verbas afetas aos regulamentos Municipais de Apoio ao Associativismo para pagamento imediato de 50% dos Contratos Programa ou protocolos por cada mês;*
- 3. Isenção de IMI;*
- 4. Isenção do pagamento de água, tarifas e taxas associadas (águas residuais, resíduos urbanos, etc...);*
- 5. Cedência gratuita de EPI's (máscaras, álcool gel e recipientes próprios) para a retoma das atividades associativas de acordo com as necessidades manifestadas e justificadas pelas entidades;*
- 6. Apoiem a proposta feita ao governo a 2 de maio, pela Confederação Portuguesa de Coletividades Cultura Recreio e Desporto, que propõe:*
 - a) Garantir o acesso imediato ao Layoff total ou parcial dos trabalhadores das coletividades com pagamento total pelo Orçamento de estado;*
 - b) Isenção do pagamento de IRC até aos 30.000€;*
 - c) Aplicação do IVA reduzido (6%) nos espetáculos associativos com entradas pagas;*
 - d) Negociação / sensibilização para que a SPA, PassMusica, Operadoras de comunicações e de TV isentem das licenças de março a setembro;*
 - e) Negociação / Sensibilização para o estorno de seguros nos meses de março a setembro.*

Estas medidas devem ser aplicadas por solicitação das Coletividades, Associações, Clubes, e deferidas independentemente destas terem ou não o Estatuto de Utilidade Pública.

A situação de emergência que se vive é crítica e urge a criação de apoios extraordinários para que um bem tão precioso como o associativismo continue a contribuir para uma sociedade melhor!

A Democracia não abandona a Cultura, o Recreio e o Desporto!

Não é próprio de uma Democracia esquecer a Cultura, o Recreio e o Desporto e se não houverem medidas concretas, é porque o regime político coloca em causa a participação cívica, a identidade, a transparência, a prevenção social, a coesão social e territorial. É não entender a importância deste setor para o impulso económico tão necessário. É não observar o princípio constitucional de discriminação positiva e especificidades do Associativismo!

Este é o apelo das Associações deste concelho, para o qual solicitamos a V/ melhor atenção!

Sem outro assunto de momento, subscrevemo-nos com estima e consideração.

A direção

Anexo 4
1/2

Nota explicativa / elucidativa para a assembleia de Freguesia da Marinha Grande a realizar a 30/06/2020.

O Montante de verbas transferidas para as freguesias em 2015 foi de 187 000 000 euros em 2020 o montante vai ser de 284 000 000 euros temos aqui duas realidades a considerar a primeira com a Fusão e Agregação de freguesias Portuguesas outra tem que ver com o inicio da delegação de competências.

Aqui foi abordada a questão das casas do Povo que em muitas freguesias são as Juntas que quase que as gerem em várias valências uma vez que foram suprimidos muitos serviços como os ctt e serv. bancários e neste momento só temos a casa do povo e a junta se não se verificou a agregação ou fusão de freguesias.

Foi defendida por muitos delegados a subida do ordenado mínimo cerca de 40 % a maioria dos funcionários das juntas de freguesia recebem estes valor, no caso destes se encontrarem de baixa médica ou licença de maternidade, etc todos estes custos são suportados pelo orçamento da junta de freguesia na sua globalidade ou seja a 100 %. O pagamento efectuado pelas Juntas de freguesia no que concerne á percentagem da ADSE paga por consultas médicas(ex: fisioterapia) ou por aquisição de equipamento óptico indispensável (ex: armações e lentes ópticas).

Foi defendida a ideia que as freguesias Portuguesas devem ter programas especificos de apoio consoante a realidades destas, no caso do interior são estas estruturas de poder autarquico que asseguram a coesão territorial nas freguesias onde estas sedes não foram agregadas, ou seja quase todos os presidentes de junta de freguesia se queixam que de fato têm mais extensão territorial e realidades diferentes a respeitar de forma a assegurar uma série de serviços ás população como postos de correio, caixas multibanco / serviços bancários encerrados ou centros de saúde e urgências fechadas, muitas vezes a quem é solicitado transportes e apoio é ás juntas de freguesia, ou seja mais responsabilidade sem a respetiva transferência de fundos.

A Anafre representa cerca de 61.8 % das freguesias Portuguesas

As juntas de freguesia defendem inequivocamente um serviço público e de qualidade para toda a população. (moção 17)

Os ctt fecharam serviços e foram oferecer os mesmo serviços á junta de freguesia por cerca de 500 euros o que não chega para pagar a um funcionário ou seja extingue-se um serviço público (ou vende-se) e dá-se prejuízo a outro sem contrapartidas proporcionais.

As juntas de freguesia têm que suportar o IVA e entregar ao Estado por exemplo de todas as obras que realizam o que torna os orçamento muito caros e temos aqui o publico a subsidiar o publico. Muitas juntas de Freguesia defendem até o pagamento do IVA pelas taxas mínimas.

As questões dos meios tempos para os elementos das juntas de freguesia foi reivindicada por praticamente todos ou seja além do presidente existir mais um meio tempo pago. Principalmente pelas Juntas mais pequenas.

Foi debatida o registo das licenças dos canídeos que não devem ser receitas retiradas ás juntas de freguesia.

Moção 26 J.F. Airões defendeu que a constituição da republica portuguesa apostas no serviço das juntas de freguesias por isso devem ser respeitados e elaborados os planos de desenvolvimento regional e as juntas de freguesia devem participar na eleição dos presidentes das ccdr's.

Moção 28 Deleg. Regional Anafre do Algarve defende as regiões administrativas do país com programas de gestão rigorosos e adequados á realidade especifica de cada uma.

Moção 29 - Debate os custos com materiais de limpeza e manutenção de escolas básicas ou seja temos aqui orçamentos anuais que por vezes são muito insuficientes face ás exigências de manutenção e gestão dos espaços escolares para garantir sempre a máxima segurança e conforto dos mesmos. (IVA novamente etc.)

Moção 35 defende a transferência de competências dos municípios para as freguesias mas acompanhadas das respetivas verbas.

Moção 40 - o impacto da taxa do iva p/ as juntas de freguesias.

Moção 42 - Delegação Distrital de Coimbra - Impacto das alteração climáticas e o que pode ser o contributo das juntas para em termos conjuntos melhorar o planeta.

Moção 43 - Defende a renegociação dos contratos com os ctts.

Moção 45 fala da diferença do salário minimo nacional.

Moção 46 - Defende um sistema de formação integrado para as juntas de freguesias com cursos especificos mais abrangentes adequados ás novas realidades.

Moção 47 - Fala a questão da paridade e defende mais oportunidades para as mulheres nos órgãos autarquicos das freguesias.

Das 48 propostas votadas 3 foram recusadas por maioria uma foi retiradas todas as restantes foram aprovadas por larga maioria e algumas por unanimidade.

Em conclusão todo o processo de agregação e extinção de freguesias foi feito por decreto de lei sem ter sido ouvida nenhuma junta de freguesia ou população afetada por esta legislação, todo o processo colidiu com um período eleitoral o que impediu muitos esclarecimentos e atendimento específicos das realidades de cada junta de freguesia afetada por esta legislação.

Na globalidade o Congresso aprovou por maioria com uma abstenção as linhas gerais de acção a levar a cabo durante este mandato e fortemente influenciadas por todas estas moções aprovadas neste mesmo congresso.